

## **Memória e Sindicato: entre discursos e experiências**

---

*Sara Oliveira Farias<sup>I</sup>*

*Martins dos Santos<sup>II</sup>*

O presente trabalho tem por objetivo estudar a experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova, município do Estado da Bahia. Foram utilizados como fontes no exercício dessa pesquisa, depoimentos orais de trabalhadores rurais do sindicato, lideranças da CPT – Comissão Pastoral da Terra- de Jacobina, recortes de jornais, atas do sindicato e relatórios da CPT, dentre outros. A partir dessa memória produzida, procuramos analisar alguns discursos e práticas de sindicalismo rural empreendidas por trabalhadores rurais em Várzea Nova durante a década de 1980 a 1990.

**Palavras Chaves:** sindicato rural, memória, terra.

## **Memory and Syndicate: between discourses and experiences**

The present work aims to study the experience of rural unionism in New Lowland, municipality of Bahia. Were used as sources in the course of this research, oral testimony of the rural workers union, leaders of the CPT - Pastoral Land Commission- of Jacobina, newspaper clippings, minutes and reports of the union of the CPT, among others. From this memory produced, we analyze some discourses and practices of rural unionism undertaken by rural workers in Lowland during the decade from 1980 to 1990.

**Key-words:** rural union; memory; land.

Artigo recebido em 15/10/2012 e aprovado em 06/03/2013.

Cadernos do Tempo Presente, nº 13, jul./set. 2013, p 27-37. |www.getempo.org

O caminho percorrido da memória, repleto de significados revela possibilidades de análise e escrita da história. A pesquisa realizada durante o período 2009 a 2011, na região da Chapada Norte da Bahia, revelou alguns aspectos da luta dos sindicatos criados no período da década de 1980, como sua organização, salários e trabalho mais digno. A trajetória desses trabalhadores é longa, permeada de batalhas e de muitas histórias. Entretanto nesse artigo será analisada a criação do sindicato rural do município de Várzea Nova, destacando seus significados para os trabalhadores.<sup>III</sup>

Paulo Freire, ao narrar sobre as marchas dos movimentos sociais ligados ao direito pela posse da terra no Brasil afirmou: “eram marchas que revelavam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo numa sociedade querendo democratizar-se.”<sup>IV</sup> Em certos aspectos, o testemunho de Freire delineia o caráter da luta dos trabalhadores rurais no Brasil entre os anos 1980 a 1990. Nesse cenário de marchas pela cidadania se inscreve a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

A prática do sindicalismo rural neste município teve influências de outras iniciativas de sindicalismo no Brasil, próprias do período de emergência de outras formas de fazer sindicalismo. São analisados os discursos instituídos por agentes representativos que atuavam no cenário político e social, centralizando a organização dos trabalhadores rurais bem como a apropriação que o sindicato rural de Várzea Nova fazia sobre a salvaguarda do homem do campo no período de sua fundação.

A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova pode ser compreendida no contexto da produção de sentidos dos discursos sobre a reabertura política e democrática no Brasil. Nessa conjuntura, o país experimentava depois de duas décadas de cerceamento das liberdades políticas, direitos civis e sociais, era uma fase de (re) construção da sociedade e suas organizações sociais.

Desse modo, os discursos que focalizaram a reabertura política quase sempre centralizaram uma crítica à maneira como o sindicato atuou frente aos trabalhadores, sindicalismo comprometido com o Estado que precisava ser superado, muito em função das recentes mudanças históricas que o Brasil atravessava. Assim, aquela experiência pioneira de sindicalismo, fora marcada por uma cultura política, sindical e urbana, mediada por um “pacto trabalhista”, onde a relação patrão empregado, capital, trabalho, ficava sob o controle do Estado.<sup>V</sup> Os “anos de chumbo” por sua vez, impregnaram uma política repressiva aos trabalhadores em todos os níveis, e só após o final da década de 1970, emergia na sociedade brasileira um “movimento sindical autêntico e combativo.”<sup>VI</sup>

Na legislação sindical, a questão sobre o trabalhador rural foi desenvolvida com avanços que revelaram as ambigüidades das sucessivas correlações de forças entre os trabalhadores e os patrões. No que se refere à legislação, o sindicalismo rural, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, nas reformas de base do Governo João Goulart em 1963, indicava avanços nos direitos dos trabalhadores do campo e se revertia na prática, em mudanças na relação capital e trabalho no campo.

Algumas experiências de sindicalismo rural se destacaram sobretudo no Nordeste do Brasil, onde foi identificado um contingente maior de trabalhadores rurais em regimes de trabalho sem qualquer reconhecimento formal pelas leis trabalhistas. A partir de então, com algumas iniciativas de organização no campo, emergiram movimentos que reivindicavam os direitos dos trabalhadores rurais, denunciando as condições precárias e inadequadas do trabalho no campo.

Essas relações de trabalho foram caracterizadas, sobretudo, pelo controle da propriedade da terra pelos fazendeiros/grileiros em detrimento da subordinação dos trabalhadores rurais sem terra. Algumas iniciativas dos trabalhadores rurais ganharam

maior notoriedade na década de 50 e 60 com as experiências das Ligas Camponesas,<sup>vii</sup> que exigiam uma das principais reformas na pauta do governo Goulart: a reforma agrária.

Entretanto, o período de sucessivos governos militares pós-64, conseguiu incorporar o reduzido número de sindicatos rurais ao aparelho do Estado, como forma de conter a luta dos trabalhadores rurais ao mesmo tempo que produzia o discurso de paz social, tão significativo para segurança nacional.

As mudanças nas relações sociais no campo começaram desde a década de 50 e de certa forma fizeram surgir movimentos isolados de reivindicação dos camponeses. Posteriormente a esse período, o movimento de trabalhadores do campo se intensificou na década de 1980, após a reabertura democrática. Foram criadas e/ou (re) organizadas inúmeras instituições legais dedicadas aos direitos trabalhistas resultando na reformulação do sindicalismo rural, ampliando sua atuação nos diversos municípios do país.<sup>viii</sup> Nesse sentido, o movimento sindical rural ressurgiu de certa forma como um agente representativo destes trabalhadores, continuava porém a ter um enorme contingente de homens excluídos desses direitos.

É nessa conjuntura que é criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Várzea Nova. O Sindicato é datado do ano de 1985 e foi organizado através da luta dos trabalhadores do campo em prol do reconhecimento político, social frente aos direitos da categoria, como assinala o Art. 1º do seu estatuto:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova – BA, é o órgão classista, de massas, autônomo e democrático, constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores rurais, na base territorial do Município de Várzea Nova – Ba.<sup>ix</sup>

Com a retomada das liberdades democráticas no âmbito nacional, os trabalhadores do Brasil criaram a CUT – Central Única dos Trabalhadores- em 1983 e a FETAG - Federação dos trabalhadores na Agricultura, em 1984. Essa última, dedicada ao reconhecimento legal das representações classistas no campo, articulando o discurso dos agentes de representação dos trabalhadores rurais. Construindo, assim, uma redefinição das relações sociais no campo e promovendo a representação política dos trabalhadores rurais em Várzea Nova. Genival Vitório narrou à história de seu pai, Moisés Vitório dos Santos, fundador do sindicato:

“Foi quando surgiu a Primeira *Missão da Terra pra* Bom Jesus da Lapa, eu não me recordo os anos, mas, me parece que foi nos anos oitenta (80) mais ou menos, nos anos oitenta surgiu a Primeira *Missão da Terra*, quando lá a CPT começou discutir a questão de reforma agrária, foi quando saiu essa lei né, a lei de reforma agrária, aí começaram a discutir, e aí foi quando eles voltaram para aqui ele e Jerônimo, começaram a articular aí teve esse trabalho.”<sup>x</sup>

As marchas pelo direito a terra, nomeada de *Missão da Terra* começaram a ser organizadas na região, a partir dos anos de 1980 pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, com sede em Jacobina. Nesse sentido, a influência da Igreja, constituiu um agente fundamental para a criação de instituições representativas dos trabalhadores no meio rural, como ocorreu em Várzea Nova. Os sindicatos rurais, quase sempre frutos de iniciativas dessas Pastorais da Terra conferiram a esses espaços, múltiplos significados sociais na luta por justiça social, sobretudo no que se refere ao direito a terra. Assim, Cadernos do Tempo Presente, nº 13, jul./set. 2013, p 27-37. |www.getempo.org

por meio da FETAG e CPT, os trabalhadores rurais de Várzea Nova se articularam numa representação dedicada a lutar pelos direitos do homem do campo.

Já nos anos oitenta e cinco [19]85 quando Várzea Nova foi emancipada, a correria foi pra fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tendo em vista que podia ser que o Sindicato fosse fundado por fazendeiro, o medo na época era que o fazendeiro se infiltrasse né, e fundasse o Sindicato, aí veio o pessoal da FETAG.<sup>XI</sup>

Em 1985 foram criados e/ou reorganizados na região, inúmeros sindicatos rurais sob a influência da FETAG que operavam um discurso de racionalização/sindicalização dos trabalhadores como instrumento de luta por direitos, frente à dominação dos fazendeiros de terras, que haviam estabelecido relações de dependência econômica e pessoal no campo.

Para os trabalhadores rurais de Várzea Nova, o discurso contendo a ideia de classe e profissionalização da categoria assinala uma posição histórica, propagada pelos sindicatos no país. Ao deslocá-la para além dos operários nas fábricas e transportá-la para o mundo rural, pode-se pensar que ocorria uma mudança significativa no sentido e na prática sindical no Brasil, ganhando ressonância em Várzea Nova. O discurso sobre a conscientização do trabalhador rural começava a ganhar força tornando-o consciente diante de sua condição social: a da exclusão dos direitos políticos, civis e sociais.

Os trabalhadores reuniram-se e fundaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais, articularam e materializaram os argumentos do discurso legal instituído pela nova legislação sindical, promovido em termos estadual e nacional pela FETAG, “para defender os interesses da categoria, usufruindo dos direitos, assim como, submetendo-se aos deveres constantes na Legislação Sindical.”<sup>XII</sup> Segundo o Estatuto do Sindicato de Várzea, o sindicalismo rural é uma prática institucional de organização do trabalhador:

A representação da categoria profissional abrange os assalariados na lavoura, na pecuária e similares e na produção extrativa rural, bem como, os trabalhadores rurais autônomos e sob qualquer forma de parceria, os pequenos proprietários rurais, ou ocupantes de terras a qualquer título habitual ou regular.<sup>XIII</sup>

Assim, o sindicato, ao elevar a categoria de trabalhadores rurais à condição de sindicalizados, instituiu uma rede de significados centrados na luta por direitos, entre eles os direitos trabalhistas ou de uma forma mais ampla o direito ao trabalho, incluindo nesse universo, a posse pela terra. Organizar esta luta não seria tarefa fácil, mas havia segundo o discurso sindical, um caminho: organizar os trabalhadores através de uma representação.

#### **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova**

As dez horas do dia onze de agosto de um mil novecentos e oitenta e cinco no Salão da Rua Artur Galdirio nº 05, reunira-se de livre vontade com o fito especial de fundar um Sindicato de Trabalhadores Rurais,, as pessoas físicas cujos nomes, idades, estados civis e categorias profissionais constam na relação nominal em número de cento e cinco (105). Foi aclamado como diretor dos trabalhos, o Sr. Delermundo Peixoto Souza, assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia. A seguir o Diretor dos trabalhos, mandou proceder a leitura do Edital de Convocação e passou-se a discussão do primeiro item , a fundação do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais, vários oradores fizeram-se ouvir, todos eles defendendo a necessidade de se fundar um Sindicato para defender os interesses da categoria, usufruindo dos direitos assim como submetendo-se aos deveres constantes na Legislação Sindical. Após discussão, passou-se a votação, tendo-se verificado a aprovação por unanimidade da ideia de fundação do Sindicato. Posteriormente, dando continuidade ao que determinava o Edital de Convocação, passou-se a discussão dos Estatutos Sociais, dos quais foi procedido a leitura pelo Diretor da Mesa, na íntegra. Depois, o Diretor esclareceu que os Estatutos Sociais de Entidade iriam ser lidos item por item, discutido e após seriam votados por escrutínio secreto. Após a discussão dos artigos dos estatutos foram postas em votação e aprovadas por escrutínio secreto por unanimidade (...)<sup>XIV</sup>

A produção do discurso de conscientização do trabalhador promovido pelo sindicato sinalizava em direção de torná-lo conhecedor de seus direitos e deveres. Significou entre outros aspectos a organização política, social e cultural de uma coletividade que inexistia enquanto sujeito e que no período democrático foi construído como um novo e importante personagem na cena política do Brasil, provocando mudanças e transformações em benefício dessa coletividade antes invisibilizada pelo *status quo* dominante. Para tanto, o ato público de definição e socialização dos objetivos do sindicato a centenas de trabalhadores rurais constituiu-se numa estratégia para consolidar sua ação e importância política entre a categoria de trabalhadores rurais. Além disso, podia fazer frente política aos diversos seguimentos da sociedade local, uma vez que o município se tornara emancipado e a disputa por cargos eletivos do executivo e legislativo agitavam o cenário local.

### **Várzea Nova em movimento**

A conjuntura política e social dos anos de 1980 explica em parte a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, marca o início da mobilização dos trabalhadores rurais no município em 1985, colocando-os em uma rede de representatividade que pretendia se dedicar a atuar politicamente nos espaços social e político do município.

Nesse período, a cidade vivia a movimentação da campanha das primeiras eleições diretas para cargos do Executivo e do Legislativo. Desde 1984, a Assembleia Legislativa do Estado havia aprovado o projeto que instituíra Várzea Nova como município. Assim, os trabalhadores, compreendendo que o sindicato constituía um canal institucional de luta, seguiram a orientação do movimento sindical nacional Pró-CUT e fundaram o PT - Partido dos Trabalhadores, participaram de encontros da CUT-Ba; além de se relacionar também com aqueles que lutavam pela terra nos movimentos da Igreja através da CPT em Jacobina.<sup>XV</sup> Genival Vitório ao recordar dessa relação entre Igreja, sindicato e partido afirma:

(...) Primeiro Várzea Nova era município de Jacobina. Quando [Moisés] saiu nessa primeira Missão da Terra, foi quando ele conheceu o pessoal do PT em Jacobina. Se criou o movimento sindical primeiro lá no ABC Paulista, do movimento sindical se criou o PT. Ai foi quando se fundou o PT em Jacobina, um dos primeiros companheiros foi Zé Lages, Manuel Bispo, foi Totonho, Zé Maleiro, foi quando eles conheceram. (...) Ai começaram a discutir, e ai foi quando eles voltaram para cá [Várzea Nova] ele [Moisés Vitório] e Jerônimo, começaram a articular, ai teve esse trabalho da ACR também que era a Animação Cristã no Meio Rural, eles fizeram esse trabalho

aqui, que era um trabalho da Igreja Católica, estudando a bíblia e conscientizando o povo, foi quando fundou também o PT o Partido dos Trabalhadores.<sup>XVI</sup>

A disputa eleitoral em 1985 contribuiu para que os trabalhadores do movimento sindical rural no município pleitassem cargos no poder Executivo e Legislativo, lançando várias lideranças sindicais na disputa eleitoral reproduzindo, para comunidade, o discurso que colocava os direitos do trabalhador rural como um projeto político a ser disseminado na campanha eleitoral. “Nossa luta: terra, educação e pão.”<sup>XVII</sup>

Nessa perspectiva, a disputa pelo poder político municipal, onde sindicato e Partido dos Trabalhadores- PT de Várzea Nova colocavam atores sociais oriundos do movimento sindical rural centralizava o discurso da democracia participativa, onde se confundiam partido político e sindicato. Assim narra Genival Vitório, sobre atuação política de Moisés Vitório (fundador do sindicato)

(...) Ai também, além de fazer o trabalho sindical ele saíria também com aquelas fichinhas assim, explicando, nós estamos fundando aqui [em Várzea Nova] o P, ele dizia, “o P, significa Partido, e o T, significa dos Trabalhadores. “nós estamos fundando um partido nosso, a gente precisa eleger nossos representantes”, ele dizia pra o povo assim. Eu cansei de ver ele dizer, eu achei ele muito corajoso na época, por que dizer que era PT na época era até afronta, também para os fazendeiros era até afronta, os políticos que estavam ai, os poderosos né, e ele tinha essa coragem de sair dizendo, “olha! P, significa partido, o T dos Trabalhadores”, gente! Ele dizia, “gente, somos nós que elegemos os coronéis, é nós que elegemos os doutores, então é hora de eleger um trabalhador pra nos representar”, e o povo, alguns dava risada, outros dizia que tava doido, esse homem ta doido! Ele ta doido! Ele dizia assim, “não somos nós que elegemos os grandes? Por que não eleger o pequeno.”<sup>XVIII</sup>

A narrativa de Genival centraliza uma prática de formação política e sindical que é pedagógica, tendo como referencial o discurso sobre a conscientização, sindicalização e/ou partidização do trabalhador rural a partir da defesa intransigente dos trabalhadores e, mais especificamente dos trabalhadores rurais em sua complexa condição social de pobreza. Moisés Vitório revela uma prática recorrente no fazer sindical: detalhar de forma direta e simples o significado de um partido que representasse os interesses dos trabalhadores, um partido que fosse para os trabalhadores o que constituía de certa forma um discurso a contrapelo uma vez que a correlação de forças historicamente no Brasil privilegiava outros grupos políticos e econômicos no poder.

Nesse sentido, as correntes sindicais construíram um novo fazer político no retorno da democracia que de certa forma afrontava a elite política e econômica da região, como também, provocava um sentimento de rejeição e estranheza aos moradores, de forma que estes foram nomeados como “doidos” e “comunistas.” Assim, o discurso hegemônico que estigmatizava os trabalhadores rurais na campanha política ganhava força.

Teotônio Alexandre de Souza participava do sindicato rural e do PT em Jacobina e quando ocorreu a emancipação de Várzea Nova transferiu seu domicílio sindical e participou da criação do sindicato do PT no município. Recorda, que “acompanhou as greves no ABC paulista por televisão” e de como a corrente sindical e partidária se popularizou entre muitos trabalhadores na região depois que o sindicalista Lula foi a

Jacobina em 1984. Lula disseminou um discurso de que o “sindicato é um órgão de classe:”

“aprenderam com Lula, na primeira vez que ele veio em Jacobina, em 84[...]. Então a gente foi convidado por Zé Lages e mais outros companheiros. A palavra dele [Lula] era falar a respeito do sindicato e organizar, no começo do PT, no comecinho do PT.”<sup>XXIX</sup>

Pode-se pensar que a visita do fundador do Partido dos Trabalhadores impulsionou a construção de práticas sobre sindicalismo e militância partidária, favorecendo encontros de articulação entre os trabalhadores. “Eram reuniões feitas no convento, mas, não podia dizer que era no convento... era como se fosse no tempo da ditadura, e o prefeito de Jacobina, “chamava a gente de comunistas, então a gente nem podia dizer aonde eram aquelas reuniões.”<sup>XXX</sup>

Percebe-se nessa tessitura, o jogo de interesses da elite política local em construir uma imagem negativa do sindicato e do partido criado pelos trabalhadores, imprimindo um discurso que estigmatizava os trabalhadores. Foi assim que alguns setores da sociedade divulgava um discurso muito frequente: os trabalhadores atrelados ao sindicato e partidos de esquerda como o PT eram comunistas, e, por extensão, os responsáveis pelo rompimento com a ordem social e a paz no campo.

Nos primeiros anos de emancipação de Várzea Nova o poder municipal foi anunciado como promotor do desenvolvimento e progresso da cidade, sobretudo por conta da atividade agrícola-extrativista a partir da agricultura familiar e da extração do sisal. Contudo, as ações do executivo municipal se dedicaram em divulgar uma imagem de “Várzea Nova e sua gente” a partir da naturalização de uma cidade economicamente rica, a partir da exaltação do homem do campo, de sua aptidão natural à atividade agrícola-sisaleira. A imagem de Várzea Nova emergente dentre os municípios de tradição agrícola a partir da cultura sisaleira é revelada nos versos do “Hino oficial do município:”

Campina cultivada / que plantou a semente  
de uma só família/ de toda essa gente  
Terra fértil, fibra forte/ o sisal nos emancipou  
com trabalho e dedicação construindo a nova nação [...]  
Várzea Nova/ Várzea Nova[...]  
Tu és menina e formosa.<sup>XXI</sup>

O progresso alcançado através da atividade agrícola sisaleira é centralizada, produzindo a imagem de lugar próspero, operando o discurso que legitimava a emancipação do lugar. No entanto, a mensagem divulgada, a despeito de ter sido apropriada em parte pela sociedade local, provocou outros efeitos. O sindicato denunciava a opressão sofrida pelos trabalhadores rurais e as aviltantes condições de trabalho.

Assim, a mensagem apresentada pelo sindicato reflete em parte a realidade do trabalhador rural. Propõe mudanças e denuncia uma prática muito corriqueira em época de eleição, “pagar favor com o voto:”

“O sistema atual do país não está dando condições do trabalhador viver. O governo prometeu mudanças, mas a carestia, a pobreza, o desemprego estão aumentando. Por isso: NÃO PAGUE FAVOR COM VOTO. O lavrador, homem corajoso que trabalha de sol a sol, de mãos calejadas, que sustenta a nação, tem sido desvalorizado, e seus produtos só tem valor quando passa para mão do intermediário e daqueles que detém o poder.”<sup>XXII</sup>

A luta dos trabalhadores produzia novas tomadas de posições frente as suas necessidades, revelando uma compreensão crítica dessa realidade, muitas vezes explicitando signos, que denunciavam a exclusão social, política e econômica do trabalhador rural no cenário nacional.

### **Uma Bandeira de luta**

Para tentar compreender o movimento sindical de Várzea Nova é fundamental analisar o cenário social e político das organizações trabalhadores rurais na luta pela terra durante a década de 80, destacando as relações estabelecidas entre sindicato e Igreja.

Nessa perspectiva, a influência da CPT no movimento sindical de Várzea Nova pode indicar em certa medida sua inserção no processo de luta em torno da causa do trabalhador rural, pois a Igreja construiu a prática política e sindical a partir do discurso religioso, interferindo nas experiências dos trabalhadores. Contribuiu para que houvesse uma (re) significação no processo de sindicalização rural, definindo as etapas e sistematizando as estratégias da luta.

No entanto, o trabalho de formação que integrou parte das ações das Pastorais da Terra precede o início da existência do movimento sindical rural de Várzea Nova e está relacionada a uma política estratégica de evangelização iniciada na década de 1950 e redimensionada nos anos de 1980 como forma impedir que os sindicatos rurais ficassem sob influência dos latifundiários e do Estado.<sup>xxiii</sup>

De modo geral, para os trabalhadores rurais no Brasil, a reforma agrária era a garantia de um futuro com melhores condições de vida e de trabalho e se constituiu numa bandeira de luta levantada pelos movimentos sociais ligados à terra na tentativa de iniciar um novo processo de justiça social no campo, na esperança de resolver as desigualdades sociais históricas do país.

Nesse sentido, a ação da Igreja e dos sindicatos rurais enquanto agentes que atuavam próximos à realidade dos trabalhadores sem terras se intensificavam em todo o país. A pressão dos movimentos sociais ligados à causa da terra cresceu e através de mecanismos legais buscou-se diminuir os conflitos nas áreas rurais, garantindo a “reconquista da terra pelos trabalhadores rurais.”<sup>xxiv</sup>

Os trabalhadores do campo, através da CPT, Federações e Sindicatos rurais se articularam para estabelecer novos diálogos com o Estado. Em 1985 foi organizado pelo INCRA e o Ministério de Assuntos Fundiários com a participação da CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – um Encontro Nacional para Reforma Agrária em Brasília, com objetivo de estabelecer novas diretrizes no Plano Nacional de Reforma Agrária. A Constituinte de 1988 dedicou um capítulo à política fundiária com o objetivo de legitimarem a luta dos trabalhadores sem terras:

Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (...).<sup>xxv</sup>

A Constituição centralizava a regularização fundiária no Brasil. O país necessitava aumentar a produção agrícola para abastecer o mercado consumidor e o êxodo rural deveria ser minimizado por uma reforma agrária através da distribuição de terras para

reduzir o quadro de pobreza, implantar medidas como o crédito agrícola, além de difundir novas tecnologias agropecuárias adaptadas aos pequenos agricultores.

Nessa perspectiva, a reforma agrária era uma questão de direito onde todos deveriam lutar. Os sindicatos rurais, por meios das federações e a Igreja com o trabalho das CPTs entraram nesse combate instituindo um discurso em defesa dos trabalhadores. Ao lutarem pela posse das terras, os agricultores começaram a assumir um significativo papel social e político na região, pois os direitos relacionados ao trabalhador rural deixaram de ser entendidos como uma concessão. Com a participação da CPT no trabalho de orientação aos agricultores, as lideranças do sindicato passaram a falar de um lugar social de luta, instituindo discursos e práticas diversas recriadas no cotidiano rural desses atores sociais.

## NOTAS

<sup>I</sup> Professora da Graduação e pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). e-mail: sarafarias@uol.com.br.

<sup>II</sup> Graduado em História (UNEB) e-mail: m-tinho@hotmail.com.

<sup>III</sup> Esta pesquisa “Agricultores em movimento: a experiência do sindicato rural de Várzea Nova 1980-1990” fez parte de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “Sindicato e trabalho na região de Jacobina-Ba” sob minha coordenação, durante o período de 2008 a 2011 e foi financiada com bolsa de Iniciação Científica (IC) pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

<sup>IV</sup> Última entrevista de Paulo Freire, TV PUC. 17 de abril de 1997. Disponível em [www.paulofreire.ufpb.br](http://www.paulofreire.ufpb.br). Com acesso em 15 de março de 2010.

<sup>V</sup> Ver GOMES, Angela de Castro. *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate*. CPDOC/FGV, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 34, 2004, p. 22.

<sup>VI</sup> Ver SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990.” In *Brasil Republicano*, (org) FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

<sup>VII</sup> AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982; ver também MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>VIII</sup> SADER, Eder Quando novos personagens entraram em cena *op. cit.*, p. 35

<sup>IX</sup> Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-Ba, 1985, p. 03

<sup>X</sup> Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

<sup>XI</sup> Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

<sup>XII</sup> Ata de Fundação. “Protocolado no DRT”, sob o n° 005861/85. Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-Ba. 03/09/1985.

<sup>XIII</sup> Estatuto dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

<sup>XIV</sup> Ata de Fundação. “Protocolado no DRT”, sob o n° 005861/85. Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-Ba. 03/09/1985.

<sup>XV</sup> É importante ressaltar que muitos trabalhadores rurais fundadores do sindicato e do PT de Várzea Nova participaram da criação do PT em Jacobina de 1981 a 1982, e alguns eram filiados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacobina que tinha sido criado pelo Funrural na década de 70.

<sup>XVI</sup> Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

<sup>XVII</sup> Panfleto: *PT Várzea Nova- 85: Nossa luta, educação e pão*. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova. 1985.

<sup>XVIII</sup> Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

<sup>XIX</sup> Entrevista. Teotônio Alexandre de Souza. 24 de Abril de 2011.

<sup>XX</sup> Entrevista. Teotônio Alexandre de Souza. 24 de Abril de 2011

<sup>XXI</sup> Hino ao município de Várzea Nova. Letra e música de Jarbas Veiga, 1985.

<sup>XXII</sup> Panfleto: *PT Várzea Nova- 85: Nossa luta, educação e pão*. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova. 1985

<sup>XXIII</sup> SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo, (série BNB Teses e Dissertações)*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008, p. 95.

<sup>XXIV</sup> MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985, p. 11.

<sup>xxv</sup> CONSTITUIÇÃO, República Federativa do Brasil. Empresa Gráfica da Bahia. Salvador, EGBA, 1988, p.125.

### Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.  
CONSTITUIÇÃO, República Federativa do Brasil. Empresa Gráfica da Bahia. Salvador, EGBA, 1988.

GOMES, Angela de Castro. *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate*. CPDOC/FGV, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 34, 2004.  
MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990.” In: *Brasil Republicano*, (org) FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo, (série BNB Teses e Dissertações)*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.